

CELESC

RENOVADA

Concessão da Celesc é renovada, mas regras contém armadilhas à empresa pública

No dia 03 de junho foi publicado no Diário Oficial o decreto com a renovação das concessões das distribuidoras de energia elétrica brasileiras. Esta notícia tão aguardada pelos trabalhadores fecha um ciclo onde a categoria eletricitária foi vitoriosa. Desde 2011 os trabalhadores e as entidades representativas lutam pela renovação das concessões, mantendo o entendimento de que energia é um bem públi-

co e não deve ser tratada como mercadoria. Realizamos uma forte campanha e um grande ato em Florianópolis, em conjunto com a Federação Nacional dos Urbanitários (FNU). Enfrentamos as associações de empresários e Indústrias, que viam no leilão das empresas de energia uma forma de conseguir ainda mais dinheiro, explorando as necessidades básicas da população e lucrando com a privatização e terceirização que

matam trabalhadores e precarizam o atendimento à sociedade. Mesmo com essa grande vitória, ainda temos um longo caminho de lutas pela frente. Se para a Celesc, a renovação da concessão traz tranquilidade para continuar a distribuir energia de qualidade e impulsionar o desenvolvimento do estado de Santa Catarina, para os trabalhadores é mais do que nunca hora de união contra a privatização.



Precarização, sucateamento e troca de controle acionário

As regras estipuladas pela ANEEL para a Renovação passam a valer no ano seguinte ao término da concessão, ou seja, no caso da Celesc, onde a concessão venceria este ano, as regras passam a serem observada já em 2016.

De acordo com o representante dos empregados no Conselho de Administração, Leandro Nunes, os trabalhadores devem manter a atenção dobrada: "Uma das regras existente no decreto nº8461 deve ser observada com muita atenção. Se a empresa não atingir os níveis de qualidade operacional, que serão fixados após a realização de audiências públicas e farão parte dos aditivos aos contratos de concessão, por dois anos consecutivos ou ao final de cinco anos, o governo federal pode retomar a Concessão ou, ainda, em uma manobra, pode ocorrer a troca do controle acionário na empresa. Está institucionalizada a precarização como instrumento de privatização."

Hoje, de acordo com a própria ANEEL, a Celesc têm um bom desempenho operacional (fruto da dedicação dos celesquianos e do trabalho dos sindicatos que conseguiram pressionar a empre-

sa para a contratação de mais trabalhadores). Entretanto, com a possibilidade de troca de controle acionário nas regras da renovação da concessão, é impossível não pensar em poucos anos atrás e

"Se a empresa não atingir os níveis de qualidade operacional, o governo federal pode retomar a concessão ou mudar o controle acionário da empresa. Está institucionalizada a precarização como instrumento da privatização"

na tática mais batida utilizada para vender uma empresa pública: o sucateamento.

Essa situação não é novidade na Celesc. Há poucos anos a Celesc viveu dias terríveis, com falta de equipamentos e mão de obra, caindo nas garras das empreiteiras e piorando consideravelmente o serviço prestado à população. Trabalha-

dores estressados e desgastados, consumidores irritados e índices de satisfação baixíssimos era o saldo. Conseguimos com muita luta retomar uma agenda positiva para a empresa, reerguer a Celesc. Com trabalho e militância estamos reduzindo o sucateamento e a precarização. Avancamos contra a terceirização, contratando mais celesquianos. E agora, a ameaça volta.

A diferença é que agora não será necessário o desgaste de um leilão. A própria regra da concessão abre a possibilidade da privatização por dentro. Aquilo que os acionistas minoritários há muito tempo querem e que já tentaram através da PREVI, no caso do Novo Mercado. E não custa lembrar que a PREVI continua de olho na Celesc, com seus terceirizados da ANGRA no Conselho.

Neste momento é fundamental que os trabalhadores se unam em defesa da Celesc. As Comissões de Gestão e Resultados terão papel de destaque no acompanhamento dos indicadores enquanto os sindicatos continuarão o trabalho político de organizar os trabalhadores em defesa de uma Celesc Pública cada vez mais forte!--



NA ELETROBRAS, TRABALHADORES INTENSIFICAM GREVE POR PLR JUSTA

TRABALHADORES DA ELETROBRAS INTENSIFICAM GREVE POR PLR JUSTA

Assembleias determinam maior enfrentamento, com piquetes e manifestações nas portas das empresas do Grupo Eletrobras

Até o fechamento desta edição do Jornal Linha Viva, os eletricitários de todo o Brasil, em greve desde o dia 01/06/2015, ainda aguardavam a proposta oficial da Eletrobras para o pagamento da PLR 2014. Após intensas rodadas de negociação iniciadas a partir do movimento paredista, a Eletrobras finalmente sinalizou com a possibilidade de avanços na proposta inicial que previa o pagamento de apenas 70% de uma folha salarial a título de PLR. No entanto, a proposta oficial até o dia de ontem ainda não havia sido apresentada para apreciação das assembleias. O movimento que se iniciou de forma ordeira, com garantia do atendimento dos serviços essenciais à população tende a se acirrar. Em assembleias realizadas ontem os trabalhadores deliberaram pelo bloqueio do acesso inclusive de prestadores de serviços contratados. Também estão previstas alterações nas jornadas dos turnos de operação, podendo gerar transtornos afetando a qualidade do atendimento e manutenção das atividades

essenciais. A Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) e o Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE), atribuem a responsabilidade pelo conflito, à intransigência ou incapacidade das empresas do grupo Eletrobras em apresentar uma proposta coerente e que reflita a valorização e o reconhecimento do bom desempenho operacional das empresas, fruto do empenho e da excelente produtividade do quadro funcional. O baixo resultado financeiro e os prejuízos contábeis apontados no balanço consolidado das empresas é decorrente exclusivamente das ações de governo, do modelo equivocado aplicado ao setor elétrico e não cabe aos trabalhadores arcar com essa responsabilidade. A greve que já dura 10 dias deve se estender até que a direção das empresas, governo e ministérios assumam sua responsabilidade e apresentem uma proposta concreta e oficial em condições próximas ao que tradicionalmente vem sendo praticado em termos de PLR nos anos anteriores.



"A greve, que já dura 10 dias deve se estender até que a direção das empresas, governo e ministérios assumam sua responsabilidade e apresentem uma proposta oficial"



Acima, trabalhadores de Florianópolis em assembleia. À esquerda, trabalhadores de Capivari de Baixo protestam por uma PLR justa. Na capa, Trabalhadores do Mato Grosso do Sul na greve que já dura 10 dias.

TERCEIRIZAÇÃO

SANTA CATARINA DIZ NÃO À TERCEIRIZAÇÃO

Classe trabalhadora participa de Audiência Pública na ALESC e une forças contra projeto de terceirização que vai à debate no Senado



A classe trabalhadora lotou o auditório Antonieta de Barros, na Audiência Pública sobre Terceirização, realizada no dia 08 de maio, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC). Aproximadamente 700 pessoas estiveram presentes no evento, reafirmando a posição de lutar contra a terceirização.

A Audiência foi organizada pelo Senador Paulo Paim (PT), e contou com a presença dos Deputados Federais, Geovânia de Sá (PSDB) e Décio Lima (PT) que votaram contra a terceirização da Câmara de Deputados. Também estiveram presentes os Deputados Estaduais Direceu Dresch (PT), Neodi Saretta (PT) e Ana Paula Lima (PT).

Geovânia de Sá e Décio Lima reafirmaram o compromisso com a classe trabalhadora, demonstrado em seu voto contra o PL 4330 na Câmara de Deputados. Para a Deputada, a questão do trabalhador é suprapartidária e, votar a favor do PL 4330 é votar contra quem sustenta o país. Décio Lima afirmou que com o PL 4330 se pretende jogar no lixo todas as conquistas históricas da Classe Trabalhadora.

Os deputados estaduais ressaltaram que a terceirização não traz a modernização, como os industriais querem fa-

zer o povo acreditar, mas sim.

Também os representantes do Ministério Público, Tribunal Regional do Trabalho e da Associação Nacional dos Magistrados afirmaram que a possibilidade de terceirização traz redução de direitos e que o PL 4330 é uma ação criminosa contra a classe trabalhadora.

As centrais sindicais CUT, Nova Central e UGT também manifestaram-se contra a terceirização irrestrita. Os sindicatos que compõem a Intercel também utilizaram a palavra no plenário para repudiar a terceirização. O coordenador da Intercel, Felipe Braga, declarou que é preciso lutar contra a terceirização e a exploração dos trabalhadores.

Os trabalhadores também cobraram que os Senadores Catarinenses (Paulo Bauer - PSDB, Dalírio Beber - PSDB e Dário Berger - PMDB) votem contra o PL 4330, ficando ao lado dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e dignidade.

Ao final do evento, um documento de diversas entidades sindicais e sociais foi aprovado pelo plenário, repudiando o PL 4330. O Senador Paulo Paim informou que esta luta contra a terceirização será levada à todos os estados com audiências pública e que a TV Senado retransmitirá elas à todo o Brasil.

Edital de Convocação Eleição para Representante Sindical de Base

Em atendimento à decisão da Diretoria do Sindicato, tomada na reunião ordinária no dia 11/05/2015, e em conformidade ao Estatuto da Entidade Capítulo 6º, Seção V e Artigo 27, ficam abertas as inscrições de Representante Sindical de Base, para os Locais de trabalho abaixo relacionados:

- Um Representante Sindical para Agencia Itajaí (SPOM)
- Um Representante Sindical para Agencia Itajaí (prédio Administrativo);
- Um Representante Sindical para o Escritório de Balneário Camboriú;
- Um Representante Sindical para o Escritório de Piçarras;
- Um Representante Sindical para o Escritório de Gaspar;
- Um Representante Sindical dos Despachantes e Eletricistas do COD de Blumenau.

Prazo e local das Inscrições: do dia 01 de julho de 2015 até o dia 15 de julho de 2015, na Sede do Sindicato.

Data, horário e local das Eleições: Dia 22 de julho de 2015, das 07:30 às 16:30 nos locais de trabalho, conforme itinerário abaixo:

LOCAL - HORÁRIO

Agencia de Itajaí - 07:30 às 08:30
Escritório de Piçarras - 09:30 às 10:30
Escritório Balneário Camboriú - 13:30 às 14:30
Agencia Itajaí - 15:30 às 16:30
COD Blumenau Salto - 07:30 às 08:30
Escritório Gaspar - 09:30 às 11:30
COD Blumenau Salto - 13:30 às 15:00

Data, horário e local das Apurações: Dia 22 de julho de 2015 às 18:00h, na sede do Sindicato.

Poderão ser candidatos todos os associados que estejam lotados nas respectivas áreas e que atendam aos requisitos dos artigos 30 e 31 do Estatuto do Sindicato. Os eleitos serão empossados na próxima reunião ordinária da Diretoria, para o período de 01 agosto de 2015 a 30 de abril de 2017.

Blumenau 11 de junho de 2015.

Felipe Rafael K Braga
Presidente SINTEVI

DIRETOR DE GESTÃO QUER TRABALHADORES SEM CULTURA

Resposta para vale cultura fica no limbo e trabalhadores ficam sem benefício

"Cultura não é só literatura, música, cinema, teatro, dança, artes plásticas. É também o conjunto das chamadas "culturas populares": o artesanato, as festas e o folclore. Mais do que entretenimento, é o modo pelo qual uma sociedade vive e dá sentido a sua própria existência. Área genuína da expressão humana, a cultura pode estimular o exercício crítico e criativo, propiciando espaços que resgatem, preservem e criem novos vínculos de solidariedade onde o ser humano se sobreponha a todas as coisas. Através da ação cultural é possível (re)afirmar a

"Mais do que negar à categoria um benefício que aproxima os trabalhadores da cultura, o silêncio da diretoria demonstra que, para ela, os trabalhadores não importam. Não tem o direito nem de receber o não definitivo"

Há quase 25 anos o Jornal Linha Viva dedica uma de suas páginas para a expressão e ação cultural, por que o acesso à cultura é de grande importância para a vida do trabalhador. Além disso, projetos como o Meia Hora aproximam os trabalhadores das atividades culturais, o que acreditamos ser um dever das instituições. Respeitar e levar cultura a todos.

A Celesc, no entanto faz o caminho inverso. Ao invés de estimular a cultura entre seus trabalhadores, a Diretoria afunda as poucas e boas oportunidades que se apresentam para entrar na lógica do mais com menos. É mais pressão e estresse e menos cultura. Na última reunião da Comissão de Recursos Humanos, a Diretoria de Gestão tratou de implodir as expectativas da categoria. Com uma apresentação forjada para negar o Vale Cultura a diretoria utilizou uma série de argumentos ridículos. Vamos citar apenas os dois mais absurdos: os trabalha-

dores do interior não teriam onde utilizar o benefício; cinquenta reais não motiva o empregado. Além disso, a diretoria fez uma projeção bastante pessimista para o futuro econômico do país, utilizando-a mais uma vez para negar o vale cultura. Os dirigentes sindicais presentes tentaram mostrar o óbvio para o novo diretor: quando uma cláusula destas vai para o Acordo Coletivo, é por que há interesse de ambas as partes em que ela vire um benefício ao trabalhador. É fato que na negociação do ACT o antigo diretor assumiu o compromisso de conceder o benefício, restando estudar a forma de fazer. Agora negá-lo é desrespeitar o compromisso assumido em mesa, enganando os trabalhadores e traindo a confiança da categoria.

Desta forma a diretoria demonstra que não há seriedade do lado de lá da mesa. Ao final da reunião da CRH, o diretor solicitou que os sindicatos aguardassem uma semana para uma resposta final, pois a empresa ainda iria estudar possibilidades para o concessão do benefício. E aqui estamos, duas semanas depois do pedido do diretor, sem nenhuma resposta. Mais do que negar à categoria um benefício que aproxima os trabalhadores da cultura, impactando sobre sua forma de ver e sentir o mundo e a sociedade, o silêncio da diretoria demonstra que, para elas, os celesquianos não importam. Não tem o direito nem de receber o não definitivo.

Eduardo Galeano, escritor uruguaio recentemente falecido dizia que vivemos hoje em uma cultura de aparências: "o contrato de casamento importa mais que o amor, o funeral mais que o morto, as roupas mais que o corpo e a missa mais que deus". É bem possível que esta seja a única cultura conhecida pelo Diretor de Gestão, afinal de contas, nas aparências ele é diretor, mas na ação é apenas alguém que não demonstra respeito aos celesquianos.



LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC
 Jornalista responsável: Paulo G. Horn (SRTE/SC 3489)
 Conselho Editorial: Lucio Silva
 Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC | CEP 89206-000 | (047) 3028-2161
 E-mail: sindscterra.com.br
 As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

A MORAL DA FACA

POR ADEMAR BOGO

"Se o homem egoísta é o oposto do delinquente, é sinal que o capitalismo nada mais tem a oferecer, é preciso superá-lo para controlar as lâminas cortantes da carne e do espírito e moralizar todas as relações por outros meios democráticos"



O egoísmo burguês, formado da conduta individualista, atinge o estágio máximo da civilização com a faca na mão. Sob o comando das mercadorias, enquanto as pessoas se tornam cada vez mais estranhas, as marcas ficam mais atrativas e conhecidas.

Se o egoísmo se acentua naqueles que podem ir ao mercado, armados de lâminas de crédito e lá enquadram o valor de troca, a barbárie se agiganta naqueles que não podem ir e matam a facadas nos abatedouros públicos, os que de lá voltam, ressignificando o valor de uso, com a autoridade e a moral da faca que corta a carne do indivíduo que já está com o espírito cortado pelo cartão de crédito.

Na medida em que a força humana é substituída pela tecnologia e deslocada para outras funções, as mercadorias invadem os espaços de todas as relações e nada mais se pode fazer sem ter que vender ou comprar, desde a água mineral que antes era solicitada em copo, como solidariedade, até a academia de ginástica que substitui a prazerosa caminhada nos passeios públicos ameaçada pela violência. O comportamento silencioso, imposto pelas mercadorias, reduz a afetividade entre pessoas, como também as palavras utilizadas nas rela-

ções de troca, pois, para efetivar uma compra bastam duas perguntas: "quanto custa?" e "débito ou crédito?"

O espírito egoísta da mercadoria, encarnado em cada cidadão, que julga ter a privacidade até para andar em meio a outros seres egoístas, satisfeito porque está acompanhado pelas compras feitas, mudo sai das lojas, mudo fica na rua, no ponto de ônibus, no passeio de bicicleta etc, até que uma faca lhe fure o pescoço ou as costelas. Estão grita, mas ninguém o ouve, porque a mercadoria ensurdeceu aqueles que veem a vítima, mas não reagem, porque foram aconselhados pelas autoridade a não reagirem; os produtos podem ser recuperados, basta voltar ao mercado. E, se não podem reagir, têm uma justificativa oficial para não ser solidário.

Sendo assim, nas cidades populosas, as pessoas estão cada vez mais estranhas e as mercadorias cada vez mais conhecidas e cobiçadas. Isso nos leva a crer que, quanto maior é o mercado, maior também é a deformação do caráter, não do esfaqueador já deformado, que aprendeu a fazer o mal, mas do consumidor que, orgulhoso das compras feitas, quer andar sozinho entre uma multidão sem face, sem olhos e sem palavras. Vivemos então em uma so-

cidade formada por duas partes armadas e sem caráter: uma composta pelos portadores de facas, agrupados para roubar, e a outra, covarde, silenciosa e individualista, armada com cartões de crédito, mas que foge para não reagir ou fica a espera da ação do Estado para desarmar adolescentes viciados. Logo, o sentimento daquele que compra e aquele que rouba na sociedade civilizada, se identificam.

Por sua vez, não se pode esperar que o governo tome alguma providência; ele está ocupado em incentivar o consumo de mercadorias para extrair impostos. Logo, a moral da faca que retalha o homem egoísta, com os bolsos cheios de cartões de crédito, diante do silêncio de milhares de transeuntes, obcecados pelas mercadorias, é a prova de que a "pátria educadora" propalada por um governo que corta recursos da educação precisa ser educada para destruir o mundo das mercadorias e o Estado que abriga governos alienadores.

Se o homem egoísta não é o oposto do homem delinquente, é sinal que o capitalismo nada mais tem a oferecer, é preciso superá-lo para controlar as lâminas cortantes da carne e do espírito e moralizar todas as relações por outros meios democráticos.

